
ENTRE POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMANDAS CONTEMPORÂNEAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: DISPUTAS POLÍTICAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Julio Roitberg¹
Luciano Marques da Silva²

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir as distâncias entre políticas públicas e demandas contemporâneas de gênero e sexualidade na escola. Para isso, analisamos aspectos discursivos das juventudes fluminenses depreendidos em dois momentos em escolas públicas de duas redes estaduais de ensino, no estado do Rio de Janeiro. O primeiro se dá entre turmas do Ensino Médio de uma escola da Baixada Fluminense, desenvolvido pelo segundo autor, e o outro durante o “movimento de ocupação” em uma escola do subúrbio carioca e outra da zona oeste, pelo primeiro. Assim, acreditamos conhecer, ainda que incipientemente, já que se trata de um estudo preliminar, demandas das juventudes no que se refere à diversidade relativa aos temas gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Gênero e Diversidade na Escola foi projeto oferecido por meio de edital da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (HEILBORN & ROHDEN, 2009). O resultado da investigação é um contexto extremamente adverso ao quadro politizado ideologicamente por forças reacionárias legislativas que impedem o debate de gênero, retirando-o dos planos de educação. Os estudos das juventudes, em suas lutas e resistências (GROPPO, 2006), dentro ou não dos movimentos estudantis (BORTOT, 2007), através de suas representações identitárias e presença nas políticas das juventudes, intervenções estéticas, subjetividades, multiculturalismo, prende-se a projeto que pesquisa as tramas juvenis, a arte e o currículo em escolas públicas do Ensino Médio, desenvolvido na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGEduc/UFRRJ). Concebemos a educação como prática social, constitutiva e constituinte das relações sociais mais amplas, a partir de embates e processos em disputa (ARROYO, 2013) que traduzem distintas concepções de homem, de mundo e de sociedade (DOURADO, 2007). Essa retirada da discussão de gênero dos planos de educação também impede todo o potencial que o debate provoca e manifesta e a escola tem sede e fome desse debate.

Palavras-chave: Juventudes. Ocupação das escolas. Currículo. Identidades. Orientação sexual. Gênero.

BETWEEN GOVERNMENT POLICIES AND CONTEMPORARY DEMANDS OF GENDER AND SEXUALITY: POLITICAL DISPUTES ON EDUCATION

The aim of this paper is to discuss the distance between government policies and the contemporary necessities of gender and sexuality inside the school environment. For that matter, we have analyzed the discourse of the youth gathered from two different moments in public schools in Rio de Janeiro. One part of this study – developed by the second author – is composed by high school students who live in *Baixada Fluminense*. The other part of the study – developed by the first

¹ Doutorando em Educação (PPGEDUC-UFRRJ), Professor ETESC I (FAETEC) e PARFOR (UFRRJ) profroit@gmail.com

² Formado em Letras pela UFRRJ. No Mestrado pesquisou narrativas de alunos transgêneros na EJA. É especialista em Educação Básica com ênfase em Educação de Jovens e Adultos pela UFRJ. No doutorado investiga estratégias de enfrentamento à LGBTdóbiz na escola através de políticas públicas de Gênero na Educação.- lucianomarks@gmail.com

author – took part over the “Occupy Movement” in two school. One of them located in the suburbs and the other in the west part (*Zona Oeste*) of Rio de Janeiro. We believe we know the demands of the youth when it comes to gender, sexual orientation and gender identity issues, even though we are just in the beginning of the research. Gender and diversity in school is a project offered by *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão* of Department of Education (HEILBORN & ROHDEN, 2009). The result of the investigation leads us to see how hostile are the reactionary forces that stop the debate of gender, taking them away from the planning of education. Youth studies in its struggles and resistances (GROPPO, 2006), in or out of the student movements (BORTOT, 2007), through the identity representations and the presence in the youth policies, aesthetical interventions, subjectivities, multiculturalism, stick to the project of searching the youth stories, art and the curriculum in the high school public system. This project is developed by the *Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro* (PPGEduc/UFRRJ). We conceive education as a social practice which constitutes of and is constituted by wider public social relations from fighting processes (ARROYO, 2013) that translate distinct conceptions of men, of word and society (DOURADO, 2007). The fact that the gender discussion was erased from the educational planning also stops the potential that the debate provokes. The school environment is thirst and hungry for this debate.

Key words: Youth. Occupy movement. Curriculum, Identities. Sexual orientation. Gender.

ENTRE POLÍTICAS GUBERNAMENTALES Y DEMANDAS CONTEMPORÁNEAS DE GÉNERO Y SEXUALIDAD: DISPUTAS POLÍTICAS EN LA EDUCACIÓN

El objetivo de este trabajo es discutir la distancia entre las políticas gubernamentales y las necesidades contemporáneas de género y sexualidad en el ambiente escolar. En este sentido, hemos analizado el discurso de los jóvenes reunidos en dos momentos diferentes en las escuelas públicas de Rio de Janeiro. Una parte de este estudio está compuesta por estudiantes de la escuela secundaria que viven en la Baixada Fluminense. La otra parte del estudio, los estudiantes que participaron en el movimiento de ocupación en las escuelas basileñas: uno de ellos ubicado en los suburbios y el otro en la parte oeste del Rio de Janeiro. Creemos que conocer las demandas de la juventud cuando se trata de cuestiones de género, orientación sexual e identidad de género. El resultado de la investigación nos lleva a ver cuán hostiles son las fuerzas reaccionarias que detienen el debate de género, alejándolos de la planificación de la educación. Los estudios de la juventud en sus luchas y resistencias (GROPPO, 2006), dentro o fuera de los movimientos estudiantiles (BORTOT, 2007), a través de las representaciones identitarias y la presencia en las políticas juveniles, intervenciones estéticas, subjetividades, multiculturalismo, se adhieren al proyecto de busca de las historias juveniles, arte y currículo en el sistema público. Concebimos la educación como una práctica social que constituye y está constituida por relaciones sociales públicas más amplias a partir de procesos de lucha (ARROYO, 2013) que traducen distintas concepciones de hombres, de palabra y de sociedad (DOURADO, 2007). El hecho de que la discusión de género haya sido borrada de la planificación educativa también detiene el potencial que el debate provoca. El ambiente escolar es la sed y hambre de este debate de las diversidades de género y sexualidad.

Palabras clave: Juventud. Ocupación de las escuelas. Currículo. Identidad. Orientación sexual. Género.

INTRODUÇÃO

Há um movimento internacional que atua no impedimento das discussões de gênero no campo da educação (JUNQUEIRA, 2016). No Brasil, esse quadro é facilmente percebido através de uma simples busca nas redes sociais ou na mídia com um todo. Um grupo de políticos conservadores, ligados, muitas vezes à setores reacionários, tentam impedir, e muitas vezes conseguem, o debate de gênero. A principal atuação desses grupos se direciona ao impedimento do debate de gênero no currículo escolar por isso, cidades, estados e até o Distrito Federal retiram qualquer menção ao termo gênero dos seus planos de educação.

Nosso objeto de investigação e análise é justamente o contrário: nos preocupamos com as demandas das alunas e dos alunos por informações no que se refere à sexualidade, assim como ao debate de gênero, orientação sexual, identidade de gênero. Presenciamos essas duas realidades: de um lado forças reacionárias decidindo o futuro da educação e a nossa atuação na escola; por outro lado, alunas e alunos se expressam ricamente. Entre acolher políticas reacionárias, ficamos com o debate de gênero porque ele se faz urgente e necessário na escola. Vejamos as razões.

METODOLOGIA

Nosso percurso investigativo se construiu a partir de dois movimentos. O primeiro movimento se dá na Baixada Fluminense, entre turmas do Ensino Médio, enquanto o outro se dá durante debate numa ocupação em escola pública da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Na escola estadual, junto às turmas de Ensino Médio, pediu-se que as alunas e os alunos fizessem uma pergunta anonimamente escrevendo-a num cartão postal idêntico distribuído a todos que quisessem participar da dinâmica. Vejamos as seguintes categorias:

Quadro 01 - Categorias

Curiosidades sobre a legitimidade da orientação sexual	Do censo comum ao debate filosófico
1. Que prazer uma mulher sente na outra?	2. Por que as pessoas se sentem ameaçadas com a opção sexual dos outros?
3. Seria errado não sair do armário, ou não? Não me escondo, mas não saio falando para as pessoas. Eu estaria me escondendo?	4. Quem troca de sexo é obra de feitiçaria?
5. Por que no nosso país existe preconceito entre os gays?	6. Como a religião está se adaptando à sociedade atual?

7. Meu amigo é gay, mas não é assumido. Mas já sei muito sobre ele. Como deve agir com ele?	8. O que faz uma pessoa ter diferentes gostos sexualmente?
9. Meu tio é gay. Devo tratá-lo com o homem ou como mulher?	10. Se eu não soubesse alguma coisa, eu procuraria na palavra de Deus. Vocês não sabem o que falam.
11. Minha amiga é lésbica, como deve tratá-la?	12. Por que a sexualidade da mulher com vários parceiros é reprimida e a do homem não?
13. Qual a diferença do sexo entre duas mulheres e dois homens?	14. O que devemos fazer quando uma pessoa do mesmo sexo pede para ficar ou ter relação com você?
15. Como uma pessoa sente atração por outra do mesmo sexo?	16. Por que a maioria dos homossexuais não se assume?
17. Que prazer o homem sente em outro homem?	18. Por que o homem pode sair para se divertir e a mulher não?
19. O lesbianismo é genético?	20. É normal uma pessoa gostar de um homem e mulher ao mesmo tempo?
21. Por que muitas pessoas estão se tornando bi?	22. O que faz a pessoa ter sentimento pelo mesmo sexo?
23. Por que alguns usam a questão de ser bi como modinha?	24. A homossexualidade é um erro (pecado)?
25. A bissexualidade é genética?	26. Ainda existe muito preconceito ou diminuiu?
	27. Como agir sobre ver alguém humilhando um gay em público?

Fonte: Elaborado pelos autores.

Numa análise categórica (BARDIN, 2011), as perguntas revelam uma certa demanda da escola por educação sexual. Alunas e alunos, nessa idade avançada, não reconhecem a legitimidade da homossexualidade, muito menos a bissexualidade. Não conhecem informações básicas sobre a gravidez ou como preveni-la. Essas perguntas apresentam, num primeiro tratamento analítico, a homossexualidade como um tema central de interesse. Notemos pouquíssimas perguntas sobre a heterossexualidade. Esse fenômeno nos revela um dado valioso: o alunado não tem dúvidas sobre a heterossexualidade. Podemos concluir também que os heterossexuais não possuem nenhum problema a ser respondido por um profissional de educação sexual.

Da mesma forma, sob a análise de conteúdo (BARDIN, 2011), analisamos as seguintes informações:

Quadro 02 – Informações analisadas

Nome	Nascimento	Etnia	Orientação Sexual	Religião
A	2000	Caucasiana	Bissexual	Cristã
B	1998	Preta	Pansexual	Protestante
C	1998	Negra	Não declarada	Não declarada
D	1999	Preta	Não declarada	Não declarada
E	1999	Preta	Não declarada	Não declarada

F	1998	Negra	Homossexual	Candomblecista
G	2000	Não branca	Bissexual sonsa	Não declarada
H	1998	Branca	Não declarada	Pagão
I	1998	Caucasiana	Livre	Umbandista
J	1998	Caucasiana	Heterossexual	Católica
K	2000	Negra	Livre	Evangélica/umbandista

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebemos o empoderamento da juventude em termos de sexualidade. De acordo com essas informações, a provocação em torno da orientação sexual revela que as alunas e os alunos conhecem e expressam suas sexualidades. A inserção, por parte do aluno, de termos como bissexual, pansexual, bissexual-sonsa e orientação sexual livre, nos impõe o reconhecimento do interesse desse alunado pelos temas de gênero e sexualidade. Tanto a provocação deles, quanto a insegurança de alguns, revelam que os temas aqui em debate realmente se fazem presentes na escola, mas que não é de domínio de todos e por isso algumas alunas e alguns alunos preferem não se declarar.

Assim, em uma simples inserção na escola com o intuito de provocar algum debate sobre gênero e sexualidade, vamos ter acesso a um universo ambíguo, mas presente. Esse dado é de total importância porque fica evidente que a tentativa de acabar com as políticas públicas, que até aqui foram desencadeadas tanto por governos, quanto pela sociedade civil, é um erro tanto em termos pedagógicos, como políticos e de direitos humanos.

O DEBATE DE GÊNERO NA ESCOLA

O debate sobre gênero na escola se potencializou nos últimos vinte anos com a indicação do debate a partir principalmente dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que dedicaram um capítulo, e depois um livro, para o debate sobre orientação sexual.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino fundamental (BRASIL, 1997) e os PCNS para o ensino médio (BRASIL, 1998) foram iniciativas do governo federal para a inclusão da sexualidade na perspectiva do gênero como tema legítimo a ser discutido nas escolas (ONU, 2014).

Os PCNs (BRASIL, 1997), ao tratar do tema orientação sexual, busca considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde que se expressa desde cedo no ser humano, englobando o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outros, que eram à época, problemas atuais e preocupantes.

De acordo com o documento, a importância de se incluir orientação sexual como tema transversal nos currículos está relacionada à postura do educador e da escola ao tratar do assunto diferentemente do tratamento dado no ambiente familiar. Esse tratamento da sexualidade nas séries iniciais permite ao aluno encontrar na escola um espaço de informação e de formação, no que diz respeito às questões referentes ao seu momento de desenvolvimento e às questões que o ambiente coloca.

O objetivo central do documento é promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como pais e responsáveis, com a finalidade de sistematizar a ação pedagógica no desenvolvimento dos alunos, levando em conta os princípios morais de cada um dos envolvidos e respeitando, também, os Direitos Humanos.

O fato de a família ter valores conservadores, liberais ou progressistas, professar alguma crença religiosa ou não e a forma como o faz determina em grande parte a educação das crianças. Entendendo-se, dessa forma que é no espaço privado, portanto, que a criança recebe, com maior intensidade, as noções a partir das quais construirá sua sexualidade na infância.

O CONCEITO DE GÊNERO

O termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” (SCOTT, 1995).

Segundo Mariano (2005), por muito tempo, ao homem heterossexual era concedida toda a sorte de direitos e garantias porque só ele era reconhecido como sujeito social.

É do pensamento liberal, influenciado pelos ideais iluministas, que vem a noção do sujeito social como universal, livre, autônomo e racional. [...] Conceber a existência do sujeito universal é atribuir-lhe homogeneidade, ou, em outras palavras, unidade. A crítica marxista, partindo de categorias como classe social, mais-valia e alienação, atacou o pensamento liberal, revelando-o como preso ao interesse particular de uma classe social específica – a burguesia. Pensadoras feministas marxistas agregaram mais uma crítica, apontando que o sujeito do liberalismo, além de burguês, é também masculino, portanto, sua pretensa universalidade esconde, na verdade, sua especificidade (MARIANO, 2005, p. 483).

Laurentis (1994) afirma que necessitávamos de um conceito de gênero que não estivesse tão preso à diferença sexual, pois, assim como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade de corpos nem algo existente a priori nos seres humanos, mas o conjunto de efeitos produzidos em corpos, comportamentos e relações sociais, por meio do

desdobramento de uma complexa tecnologia política. Para Laurentis, as concepções culturais de masculino e feminino, como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente, formam um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relacionam o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. Esses significados, segundo ainda a pesquisadora, podem variar de uma cultura para outra e estes sistemas sexo-gênero estão sempre interligados a fatores políticos e econômicos em cada sociedade.

No Brasil, o estudo de gênero é iniciado por Louro (1997) que nos ensina que o conceito de gênero está ligado ao movimento feminista contemporâneo conhecido com “segunda onda” que se dá no final dos anos 1960 a partir de preocupações sociais e políticas em torno da opressão da mulher. Vale dizer que essas perspectivas em torno da opressão da mulher já na segunda metade do século XX diferem da “primeira onda” do movimento feminista que se deu no início do século em questão e estava relacionada à luta pela direito ao voto, à organização da família, à oportunidade de estudo e ao acesso das mulheres a determinadas profissões. Vale ressaltar ainda que tais demandas eram demandas de mulheres brancas de classe média.

Para Louro, o movimento feminista ressurgiu expressando-se não apenas através de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também através de livros, jornais e revistas como o *Le Deuxième Sexe* (1949) de Simone de Beauvoir; *The Feminine Mystique* (1963) de Betty Friedman; *Sexual Politics* (1969) de Kate Millet. Ainda de acordo com Louro, as militantes feministas vão provocar discussões sobre as questões que as mobilizavam no interior das universidades e escolas americanas que, impregnando seu fazer intelectual, fazem surgir os estudos da mulher, ou estudos feministas. Para a teórica, esses estudos iniciais se constituíam em descrições das condições de vida e de trabalho das mulheres em diferentes instâncias e espaços, apontando as desigualdades sociais, políticas, econômicas, jurídicas, denunciando a opressão e submetimento feminino. Assim:

Algumas mulheres vão fundar revistas, promover eventos, organizar-se em grupos ou núcleos de estudos. [...] Uma das mais significativas marcas dos Estudos Feministas: seu caráter político; objetividade; neutralidade; distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos. [Por exemplo] escreviam em primeira pessoa (LOURO, 1997, p.19).

Para algumas feministas, as teorias adotadas até então não respondiam às questões relacionadas à sexualidade e ao gênero, mais especificamente à diferença e à opressão da mulher, sendo preciso criar uma teoria que respondesse às singularidades vividas por elas.

Por este motivo, intelectuais passaram a entender que a teoria de gênero não respondia mais aos questionamentos de todas como, por exemplo, as mulheres negras que já trabalhavam. Diferentes das mulheres brancas, as negras já ocupavam o espaço público desde o processo de escravização. Quando as brancas vão trabalhar, quem fica em suas casas e ou cuidam de seus filhos são as negras. Essas são algumas singularidades vividas por outras mulheres para além do sujeito universal: mulher branca e de classe média.

Outra perspectiva trazida por Louro (1997) refere-se às problematizações levantadas pelo feminismo que fizeram mais do que exigir um acréscimo das mulheres aos estudos, passando a desafiar a forma de fazer ciência até então hegemônica que era feita por um grupo ou uma parte da humanidade – homens brancos ocidentais, da classe dominante – que fizeram as perguntas e deram as respostas que pensavam interessar a todas as pessoas. Surgem, assim, os Estudos da Mulher ou Estudos Feministas e ainda os Estudos de Gênero. Essa problematização trazida por Louro se insere na abordagem conceitual pós-estruturalista.

Louro (1997) nos ensina a entender que desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um, fazendo-nos perceber que a oposição é construída e não inerente e fixa, tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade. Segundo a pesquisadora, as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento, sendo necessário entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas, identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias.

Assim, para a teórica do gênero no Brasil, a pretensão dos Estudos Feministas foi tomar a mulher como sujeito/objeto de estudos já que ela havia sido ocultada ou marginalizada na produção científica tradicional. Da mesma forma, isso acontece com a população negra, ou com os sujeitos da homossexualidade e atualmente os da transexualidade, que passaram a reivindicar suas histórias, resgatando suas vozes e tentando encontrar uma saída para os impasses teóricos e políticos que os envolvem. Na perspectiva de Louro,

Estudiosas e estudiosos feministas, que passam a operar com o conceito de gênero, deixam o olhar exclusivo sobre as mulheres para examinar as relações de gênero e, em consequência, passam a incorporar explicitamente em suas análises os homens e a produção social das masculinidades. A revitalização se torna ainda mais intensa a partir dos debates e das alianças com estudiosas/os ligadas/os aos Estudos Negros, aos Estudos Gays e Lésbicos, aos Estudos Culturais. Voltados todos para as “diferenças” – de gênero, sexuais, raciais, nacionais, étnicas, geracionais, culturais para as formas como elas são construídas e fixadas, como

são socialmente valorizadas ou negadas. [...] São campos de estudos marcadamente engajados, dirigidos não apenas para a análise, mas para a intervenção social (LOURO, 1997, p. 157).

Sobre essa perspectiva engajadora podemos perceber que, como afirma Bento (2006), os estudos *queer* irão radicalizar o projeto feminista, habilitando as travestis, as *drag queens*, os *drag kings*, os/as transexuais, as lésbicas, os gays, os bissexuais – enfim, aqueles designados no passado como psicóticos, desviados, perversos – como sujeitos que constituem suas identidades mediante os mesmos processos que os considerados “normais”.

Os trabalhos de Judith Butler, para Bento (2006), polemizam as teóricas feministas que vinculam o gênero a uma estrutura binária e essencialista e, muito embora ela não negue as contribuições do feminismo, tampouco abre mão de um lugar de fala feminista. O objetivo de Butler, afirma Bento, era expor e problematizar o heterossexismo generalizado na teoria feminista e, ao mesmo tempo, apresentar seu desejo por um mundo no qual as pessoas que vivem a certa distância das normas de gênero se reconhecessem como merecedoras de ascenderem à condição humana.

Ainda segundo Bento, essas são as questões que irão marcar o terceiro momento³ dos estudos de gênero que vão se referir à problematização da vinculação entre gênero, sexualidade e subjetividade, perpassados por uma leitura do corpo como significante em permanente processo de construção e com significados múltiplos. Bento afirma que

A ideia do múltiplo, da desnaturalização, da legitimidade das sexualidades divergentes e das histórias das tecnologias para a produção dos “sexos verdadeiros” adquire um status teórico que, embora vinculado aos estudos das relações de gênero, cobra um estatuto próprio: são os estudos *queer*. Esses estudos se organizaram a partir de alguns pressupostos: a sexualidade como um dispositivo; o caráter performativo das identidades de gênero; o alcance subversivo das performances e das sexualidades fora das normas de gênero; o corpo como um biopoder, fabricado por tecnologias precisas. (BENTO, 2006, p. 81)

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculina e da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003).

³ Segundo Louro (1997, p. 15) o sufrágio passou a ser reconhecido como a “primeira onda” do movimento feminista e os objetivos dessa fase estavam ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média que reivindicavam oportunidades de estudo ou acesso a determinadas profissões. A “segunda onda” se iniciou na década de 1960 quando além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar também para as construções propriamente teóricas.

Segundo Butler,

Palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. (BUTLER, 2003, p. 194)

Para Butler os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora.

O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade. Isso também sugere que, se a realidade é fabricada como uma essência interna, essa própria interioridade é efeito e função de um discurso decididamente social e público, da regulação pública da fantasia pela política de superfície do corpo, do controle da fronteira do gênero que diferencia interno de externo e, assim institui a “integridade” do sujeito (BUTLER, 2003).

Butler entende que a compreensão da identificação como fantasia ou incorporação posta em ato, é uma coerência desejada e idealizada. Essa idealização então é um efeito da significação corporal, permitindo assim, a vivência das identidades de acordo com as subjetividades, levando-nos a afrouxar os conceitos historicamente construídos de homem, mulher, gay, lésbica, bissexual, travesti, homens transexuais, assim como mulheres transexuais, assexuados, intersexual e *queer* de uma forma geral cabendo várias indagações sobre o que venha a ser, na realidade, não gênero, mas “identidade de gênero” e como esse conceito se diferencia de outro termo “orientação sexual” e como esses sujeitos da diversidade sexual se apresentam atualmente, o que vamos discutir nas próximas seções.

IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL: DIFERENÇAS

Há uma associação errônea e frequente entre orientação sexual e identidade de gênero o que nos leva a problematizá-los em suas diferenças já que são duas esferas extremamente díspares, mas que pertencem ao mesmo debate em torno da diversidade sexual.

Grossi (1998) denomina a identidade de gênero como uma percepção subjetiva, um sentimento individual de identidade que se constrói na socialização. Costa (2005) vai

chamá-la sensação interna que temos de pertencer ao gênero masculino ou feminino, bem como a capacidade de nos relacionar socialmente com os dois.

Na prática, isso significa que uma pessoa de um determinado sexo biológico pode se sentir pertencente ao sexo oposto: homem pode se reconhecer mulher, assim como mulher pode se reconhecer homem. Não há nada de mal nisso. Pelo menos, não deveria haver. Mas, nos perguntamos como isso é possível. Embora não possamos precisar de fato como isso se dá, qualquer tentativa que leve a uma resposta a essa origem, tanto da identidade de gênero como da orientação sexual, incorre num erro inaceitável para as ciências humanas e sociais. Essa tentativa é vista como um retorno à abordagem essencialista da sexualidade muito criticada por tais ciências. Segundo os estudos de humanidade é inadmissível que se aponte a essência da homossexualidade ou da transexualidade. Por este motivo, diz-se que ser LGBT não é uma opção, mas uma condição. Isso se mostra na forma como temos que nos referir a esses sujeitos da diversidade sexual, pois não se trata de um homossexual, mas de um sujeito de direito, de respeito e de dignidade.

Até porque, o termo homossexual é cunhado no final do século XIX como uma tentativa de patologizar o homoerotismo construindo, dessa forma, marcas estereotipadas de quem é ou de quem possa ser considerado um homossexual. Sabe-se perfeitamente que o sujeito homoerótico pode apresentar tais estereótipos ou não, incorrendo um erro gravíssimo entender que somente aqueles que são marcados por estereótipos são os sujeitos homoeróticos de fato.

Essa percepção para além do estereótipo é de total importância porque quando o assunto é transexualidade, homossexualidade e até travestilidade, são os homens marcados pela feminilidade aqueles que serão os mais atingidos pela política essencializadora. As pessoas que não apresentam nenhuma marca não vão ocupar o lugar dos sujeitos aqui em questão livrando-se, dessa forma, de uma política de aniquilamento de travestis e mulheres transexuais, por exemplo, quando se autopercebem como pertencentes ao gênero feminino no final do século XIX. Essa autopercepção precisa ser respeitada, principalmente pela escola, enquanto direito de todos e todas.

Jesus (2012) explica que identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e não se confundem porque pessoas transexuais podem ser heterossexuais,

lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero⁴. Jesus (2012) acrescenta que sexo é classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais.

Para a pesquisadora, o que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente: “para algumas pessoas, a vivência de um gênero discordante do sexo é uma questão de identidade, é o caso das pessoas conhecidas como travestis, e das transexuais, que são tratadas, coletivamente, como parte do grupo chamado de “transgênero” (JESUS, 2012, p. 6).

IDENTIDADE DE GÊNERO

Entende-se por identidade de gênero a vivência interna e individual do gênero tal como cada pessoa se sente, que pode corresponder ou não com o sexo atribuído após o nascimento, incluindo a vivência pessoal do corpo. O exercício do direito à identidade de gênero pode envolver a modificação da aparência ou da função corporal através de meios farmacológicos, cirúrgicos ou de outra índole, desde que isso seja livremente escolhido, inclusive em relação à vestimenta, ao modo de fala e aos maneirismos (BRASIL, 2013a).

Sobre os termos “transgênero” e “cisgênero”, Jesus (2012) ensina que transgênero é um conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, enquanto cisgênero abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento.

Exemplificando esses dois conceitos, podemos visualizar duas identidades distintas: a do sujeito gay e a do sujeito transexual. Enquanto o primeiro não se importa em se apresentar com roupas masculinas, o sujeito transexual, por exemplo, a mulher transexual, vai priorizar a vestimenta feminina. A mulher transexual é um sujeito transgênero porque sua autopercepção é feminina e ela, necessariamente, vai buscar se comportar como se comportam pessoas do gênero pelo qual ela se identifica, deixando-a mais à vontade. Diferentemente do sujeito cisgênero, representado pelo sujeito gay, que, embora vivencie

⁴ Cisgênero é um conceito guarda-chuva que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento (JESUS, 2012, p. 13).

sua orientação sexual homossexual, não reivindica a performatividade feminina porque é cisgênero e não transexual.

Esses dois exemplos são complexos, mas num primeiro momento o que eles querem provocar é a diferença básica entre os fenômenos diferenciados resultantes da orientação sexual (homossexual, heterossexual e bissexual) e da identidade de gênero (transgêneros x cisgêneros). No entanto, e seguindo orientações dos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa *Quereres* da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), gays e lésbicas, desde muito cedo, vivenciam processos de desconstrução dos gêneros para além das essencialidades o que os retiram do conceito até então produzido do que venha a se constituir em pessoas cisgêneros. Gays e lésbicas seriam transgêneros ou cisgêneros? Não temos como dar conta destas indagações, mas, no âmbito da escola podemos perceber que o inimigo é o mesmo, a saber, a heteronormatividade compulsória. Desta forma, unimos a luta de todas as identidades por uma escola mais inclusiva e que tanto a orientação sexual, quanto a identidade de gênero possam ser respeitadas cotidianamente.

Para além deste embate, Jesus enfatiza que devemos estar atentos a dois aspectos da dimensão transgênero, enquanto expressões diferentes da condição. Para ela, a vivência do gênero pode se estabelecer como identidade (o que caracteriza os transexuais e as travestis), ou como funcionalidade (representada por *crossdressers*, *drag queens*, *drag kings* e transformistas).

A pesquisadora esclarece também que a transexualidade é uma questão de identidade e não uma doença mental, ou perversão sexual, muito menos uma doença debilitante ou contagiosa. Jesus ressalta ainda que a transexualidade não tem nada a ver com orientação sexual, como geralmente se pensa, já que não é uma escolha nem um capricho. Para ela, pessoas transexuais lidam de formas diferentes, e em diferentes graus, com o gênero ao qual se identificam já que uma parte das pessoas transexuais reconhece essa condição desde pequenas, outras tardiamente, pelas mais diferentes razões, em especial as sociais, como a repressão. Assim, “o que determina a condição transexual é como as pessoas se identificam, e não um procedimento cirúrgico, [...] muitas pessoas que hoje se consideram travestis seriam, em teoria, transexuais” (JESUS, 2012, p. 8).

Avançando nas discussões, Jesus nos alerta para o fato que os avanços médicos permitiram que mulheres transexuais⁵ e homens transexuais⁶ pudessem adquirir uma

⁵ Mulher transexual é a pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. Algumas também se denominam *transmulheres* ou *Male-to-Female* (MtF). (JESUS, 2012, p. 16)

⁶ Homem transexual é a pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem. Alguns também se denominam *transhomens* ou *Female-to-Male* (FtM). (JESUS, 2012, p. 14)

fisiologia quase idêntica à de mulheres e homens genéticos e biológicos quando sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem. Na maioria das vezes, segundo Jesus, essas pessoas querem corrigir isso adequando seu corpo ao seu estado psíquico e que isso se dá de várias formas, desde tratamentos hormonais até procedimentos cirúrgicos.

Para a pessoa transexual, é imprescindível viver integralmente como ela é por dentro, seja na aceitação social e profissional do nome pelo qual ela se identifica ou no uso do banheiro correspondente à sua identidade, entre outros aspectos. Isso ajuda na consolidação da sua identidade e para avaliar se ela pode fazer a cirurgia de transgenitalização (adequação do órgão genital). Algumas pessoas transexuais decidem não fazer a cirurgia. (JESUS, 2012, p. 9)

O processo transexualizador, para a pesquisadora, é aquele pelo qual a pessoa transgênero passa, de forma geral, para que seu corpo adquira características físicas do gênero com o qual se identifica, podendo ou não incluir tratamento hormonal, procedimentos cirúrgicos variados (como mastectomia, para homens transexuais) e cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização.

A cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização é um procedimento cirúrgico por meio do qual se altera o órgão genital da pessoa para criar uma neovagina ou um neofalo. Preferível ao termo antiquado “mudança de sexo”. É importante, para quem se relaciona ou trata com pessoas transexuais, não enfatizar exageradamente o papel dessa cirurgia em sua vida ou no seu processo transexualizador, do qual ela é apenas uma etapa, que pode não ocorrer (JESUS, 2012, p. 16).

Atualmente, segundo Jesus, transexuais e travestis podem utilizar o nome social, ou seja, o nome pelo qual as travestis e pessoas transexuais se identificam e preferem ser identificadas, enquanto o seu registro civil não é adequado à sua identidade e expressão de gênero (JESUS, 2012, p. 17). Essa adequação da identidade de gênero ao registro civil é um dos pontos centrais do Projeto de Lei 5002/2013, de autoria dos Excelentíssimos Deputados Federais Jean Wyllys e Érica Kokay. De acordo com o Parágrafo único do Artigo 4º, “em nenhum caso serão requisitos para alteração do prenome: I - intervenção cirúrgica de transexualização total ou parcial; II - terapias hormonais; III - qualquer outro tipo de tratamento ou diagnóstico psicológico ou médico; IV - autorização judicial”.

No entanto, é necessário, para a mudança no registro civil que toda pessoa que solicitar a retificação registral de sexo e a mudança do prenome e da imagem, em virtude da presente lei, deverá: “I - ser maior de dezoito (18) anos; II - apresentar ao cartório que corresponda uma solicitação escrita, na qual deverá manifestar que, de acordo com a

presente lei, requer a retificação registral da certidão de nascimento e a emissão de uma nova carteira de identidade, conservando o número original; e III - expressar o/s novo/s prenome/s escolhido/s para que sejam inscritos”.

A realidade atual é bem diferente desta proposta. Para conseguir a mudança no registro civil, o sujeito trans conta com o entendimento do juiz o que, em muitos casos, resulta em negativa da mudança.

Pessoas que se identificam com alguma das expressões da transgeneralidade enfrentam um primeiro desafio: reconhecer a si mesmas e fazer decisões pessoais sobre se e quando irão se apresentar aos outros da forma como se identificam. Cada um(a) tem o seu tempo. É preciso compreender que essa atitude não é simples de se tomar, nem fácil de pôr em prática, porém é necessária, para que elas possam ser quem são por inteiro, entre seus amigos, na família, no trabalho, na rua (JESUS, 2012, p. 10).

Para além dos sujeitos transexuais, a identidade de gênero diz respeito também a outras configurações identitárias como: travesti, intersex e assexuado, que, de determinado modo, vai sofrer influência do conceito de identidade de gênero que nos é caro neste trabalho. No entendimento de Jesus, as travestis são as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, não se reconhecendo nem como homens nem como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero. Para Jesus, é importante ressaltar que travestis, independentemente de como se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino, considerando insulto, serem adjetivadas no masculino, sendo necessário utilizar “as travestis”.

A nossa sociedade tem estigmatizado fortemente as travestis, que sofrem com a dificuldade de serem empregadas, mesmo que tenham qualificação, e acabam, em sua maioria, sendo forçadas a trabalharem como profissionais do sexo. Nem toda travesti é profissional do sexo (JESUS, 2012, p. 9).

Intersexual, segundo Jesus, é a pessoa cujo corpo varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido, no que se refere a configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais (testículos que não desceram, pênis demasiado pequeno ou clitóris muito grande, final da uretra deslocado da ponta do pênis, vagina ausente), coexistência de tecidos testiculares e de ovários. A intersexualidade se refere a um conjunto amplo de variações dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiras e pseudo-hermafroditas.

O grupo composto por pessoas intersexuais tem-se mobilizado cada vez mais, a nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas

“reparadoras”, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais (JESUS, 2012).

Orientação sexual

Jesus (2012) refere-se à orientação sexual como atração afetivo-sexual por alguém. Para Costa (2005), por sua vez, é uma sensação interna que temos de nos relacionarmos amorosamente ou sexualmente com alguém, algo pertencente ao mundo interno, ao intrapsíquico ou ao psicológico.

Essa perspectiva internalizada causa uma série de problemas. Se a sexualidade é uma construção social, como afirmar que a orientação é algo da ordem do interno, do intrapsíquico? Podemos facilmente associar a orientação sexual à essencialidade uma vez que os autores nos dizem que ela é da ordem interior. No entanto, afasta-se a sexualidade desta perspectiva biológica levando-a à dimensão social. Quando falamos em orientação sexual, estamos falando de desejo. É claro que não podemos delegar à genética a origem desse desejo, mas está estabelecido cientificamente que é da ordem interior a origem da orientação sexual o que coaduna com a perspectiva de que a sexualidade não é uma opção, mas está dada. Esse estar dado se refere ao aparato internalizado, ou seja, a pessoa se apresenta desde sempre com certa inclinação para desejar pessoas do mesmo sexo, do sexo oposto ou de ambos os sexos.

Grossi (1998) ressalta que o objeto sexual, ou o objeto de desejo, dá-se a partir da adolescência e não interfere na identidade de gênero do indivíduo. Embora crianças já apresentem marcas do que ficou estabelecido ser próprio dos homossexuais como brincadeiras, brinquedos e principalmente o uso das cores, é na adolescência que o desejo se mostra fator decisivo no que se refere à constatação de quem sou ou de quem não sou parte. Neste momento, surgem as piores situações pelas quais os homossexuais irão ter de enfrentar ao longo de seu processo de auto-aceitação. Se, por exemplo, um jovem homossexual não apresentar nenhum estigma sobre o ser homossexual, ele vai passar muito bem pelos processos pelos quais estamos tentando tratar aqui: se reconhecer enquanto identidade de gênero (homem ou mulher) e quanto à orientação sexual (homossexual, heterossexual ou bissexual ou nenhum desses).

Se um jovem homossexual apresentar estereótipos, ou marcas, ou se aproximar de estigmas do que se convencionou dizer próprio de uma pessoa homossexual, esse ser vai sofrer homofobia.

Aí que entra um conceito importantíssimo para nosso debate: papel de gênero que segundo Jesus (2012) é o modo de agir em determinadas situações conforme o gênero atribuído, ensinado às pessoas desde o nascimento. Para Jesus, significa a construção de diferenças entre homens e mulheres, de cunho social, e não biológico ou, como aponta Costa (2005), o nosso comportamento diante das demais pessoas e da sociedade como um todo. Se um homem é gay, mas assume seu papel de gênero masculino, não vai sofrer homofobia já que não expõe sua orientação sexual.

Ao contrário desse sujeito, homossexuais afeminados, que costumam se vestir ou se expressar com marcas do que ficou estabelecido para as mulheres vai sofrer constantemente homofobia. Essa mesma estrutura vai se repetir sobre as lésbicas que não apresentam estereótipos ou marcas de tal identidade, que, conseqüentemente não sofrerão lesbofobia. Já as lésbicas que assumem marcas do que ficou estabelecidos ser próprio dos homens sofrerá constantemente lesbofobia.

Orientação sexual não tem nada a ver com identidade de gênero. Uma está relacionada ao afeto e à sexualidade enquanto o outro se refere à subjetividade. No entanto, haverá pessoas que não se enquadram em nenhuma dessas categorias. De acordo com Jesus (2012) o assexual (pessoa que não sente atração sexual por pessoas de qualquer gênero) e o bissexual (pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de qualquer gênero) vão problematizar tais categorias o que mostra que quando falamos em sexualidade, devemos pensá-la, e sistematizá-la no plural: sexualidades.

No Brasil, de tradição judaico-cristã, de matriz estética greco-romana, ser mulher ou ser homem é cumprir as regras segundo essas percepções filosóficas. A mulher para a cultura cristã, por exemplo, representa o mal ao mesmo tempo que representa o bem através da maternidade. Ao homem, como nas passagens do Antigo Testamento, não será permitida a negação de sua missão de perpetuar o patriarcado. Fugir dessas marcas culturais leva o sujeito ao sofrimento. Mesmo assim, somos testemunhas do quanto algumas pessoas se arriscam, em nome de seu desejo, ou de sua identidade de gênero, e ultrapassam essas fronteiras. Nossa sociedade, aparentemente, se mostra menos preconceituosa e isso se pode observar no sucesso de alguns personagens da teledramaturgia brasileira.

Desde a década de 90, somos convidados a debater as questões aqui mencionadas: orientação sexual, identidade de gênero, bissexualidade, etc. No entanto, o país não conta com nenhuma lei específica para tratar as questões de respeito às sexualidades múltiplas. O que há são dispositivos legais que só foram possíveis graças a demandas de alguns estados

ou de algumas instituições que pleitearam junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) garantias constitucionais como a união civil entre pessoas do mesmo sexo, assim como pensão alimentícia ou o nome social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Costa (2011, p. 193)

“apenas a determinação de um poder central não é suficiente para realizar política social. [...] Sua efetividade depende, sobretudo, de envolvimento dos sujeitos que atuam nos espaços onde se esperam que tais políticas se efetivem. Depende também do grau de envolvimento do quanto e com esses sujeitos também são persuadidos com vistas a uma atuação que corresponda ao alcance dos objetivos propostos.”

Para Costa (2011) essa atuação exige: 1) a formação de uma rede articulada de tomada de decisões; 2) recursos dos mais variados; 3) formação adequada dos gestores escolares; 4) coordenadores; 5) professores e 6) também do pessoal que atua nas atividades meio, os quais têm também uma função educativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M. *Juventude e sexualidade*. Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro e Lorena Bernadete da Silva (Orgs.). Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

ANDRADE, L. N. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência á ordem normativa*. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Ceará: Fortaleza: 2012.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, B., PELÚCIO, L. *Vivências trans: desafios, dissidências e conformações*. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 20 (2): 256, mai-ago/2012.

BORGES, Z. N.; MEYER, D. E. *Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia*. Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 16, n. 58, jan./mar. 2008.

BORRILLO, D. A homofobia. In: LIONÇO, T. *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Tatiana Lionço e Débora Diniz (Orgs.). Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009.

_____. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. *Constituição Federativa do Brasil*. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 05 mar. 2015.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Presidência da República. Ministério da Educação. Brasília, 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 17 jul. 2016.

_____. Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Ministério da Saúde. *Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual*. Elaboração: André Luiz de Figueiredo Lázaro. Organização: Cláudio Nascimento Silva e Ivair Augusto Alves dos Santos. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. *Conferência Nacional da Educação Básica. Documento Final*. Brasília: Presidência da República, Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, Comissão Organizadora da Conferência Nacional da Educação Básica, 2008. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/doc_final.pdf> Acesso em: 18 mar. 2015.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Plano Nacional de Promoção da cidadania e direitos humanos de LGBT*. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em:
<http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nacional_lgbt_2009.pdf> Acesso: 18 jun. 2015.

COSTA, C. S. *Educação para as relações étnico-raciais: planejamento escolar e literatura no Ensino Médio*. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

COSTA, J. F. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

DINIS, N. F. *Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência*. Educar em Revista, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e Augusto G. Albuquerque. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GOMIDES, J. E. *A definição do Problema de Pesquisa a chave para o sucesso do Projeto de Pesquisa*. Revista do Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC - Ano IV - nº 06 - 1º Semestre – 2002.

JESUS, J. G. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgênero, para formadores de opinião*. 2. ed. Dezembro/2012. Disponível em: <<http://www.sertao.ufg.br>> Acesso em: 18 mar. 2015.

JUNQUEIRA, R. J. *Escola e diversidade*. II Conferência Internacional Psicologia LGBT. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 9 mar. 2016.

_____. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. In: LIONÇO, T. *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Tatiana Lionço e Débora Diniz (Orgs.). Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009.

_____. *Pedagogia do armário: a normatividade em ação*. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, jul./dez. 2013.

_____. *Temos um problema em nossa escola: um garoto afeminado demais: pedagogia do armário e currículo em ação*. Revista Educação e Políticas em Debate, v. 4, n. 2, ago./dez. 2015.

LIONÇO, T.; DINIZ, D. *Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual*. In: LIONÇO, T. Homofobia e educação: um desafio ao silêncio. Tatiana Lionço e Débora Diniz (Orgs.). Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009.

MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva (Orgs.). São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: *Gênero textuais: reflexões e ensino*. KARWOSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Orgs.). 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

OLIVA, O. P. Os homoafetos. In: OLIVEIRA, Ilca Vieira. SOUTO, Maria Generosa Ferreira. OLIVA, Osmar Pereira. (Orgs.) *Escritos do corpo, da terra e do imaginário*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2003.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>> Acesso em: 27 fev. 2015.

_____. *Princípios de Yogyakarta: princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero*. Comissão Internacional de Juristas e o Serviço Internacional de Direitos Humanos. Tradução de Jones de Freitas. Versão do Observatório de Sexualidades e Política, julho, 2007.

_____. *Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidades Volumes I e II*. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001832/183281por.pdf>> Acesso em: 27 fev. 2015.

_____. *Resolución 19/41. Leyes y prácticas discriminatórias y actos de violencia cometidos contra personas por su orientación sexual e identidad de género*. Naciones Unidas. 2011. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Discrimination/A.HRC.19.41_spanish.pdf> Acesso em: 27 fev. 2015.

_____. *Nascidos Livres e Iguais: orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos*. UNAIDS. Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos e Comissão Internacional de Juristas. Consultoria de Allison Jernow. Tradução de Maricy Apparicio. Brasília: Nações Unidas, 2013. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/BornFreeAndEqualLowRes_Portuguese.pdf> Acesso em: 27 fev. 2015.

_____. *Resolución 29/23: Discriminación y violencia contra las personas por motivos de orientación sexual e identidad de género*. 2015. Naciones Unidas. Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=A%2FHRC%2F29%2F23&Submit=Buscar&Lang=S>> Acesso em: 18 jun. 2015.

POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. Apresentação: cenas da enunciação. In: Dominique Maingueneau. *Cenas da enunciação*. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez Souza-e-Silva (Orgs.). São Paulo: Parábola, 2008.

REIS, A. L. M. *Silêncio está gritando: a homofobia no ambiente escolar, um estudo qualitativo no ensino fundamental de escolas públicas em Curitiba, Paraná*. Tese de Doutorado. Universidad de La Empresa: Montevideú, 2012.

SOUZA, E. J.; SILVA, J. P.; SANTOS, C. *Homofobia na escola: as representações de educadores/as*. Revista Temas em Psicologia, 2015, v. 23, n. 3, p. 635-647.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Guacira Lopes Louro (organizadora); Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – 3. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2013.